­

****

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**Elva Gladis de la Cruz Obeso**

**Subversivas**

**O uniforme mudou mas o cheiro é o mesmo**

**RELATÓRIO TÉCNICO**

**do *Trabalho de Conclusão de Curso***

**apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais***

**ministrada pelo Prof. Fernando Crocomo**

**no primeiro semestre de 2017**

**Orientadora: Prof. Flávia Guidotti**

**Florianópolis**

**Junho de 2017**

Elva Gladis de la Cruz Obeso

Subversivas

O uniforme mudou mas o cheiro é o mesmo

Relatório do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para aprovação na disciplina Projetos Experimentais, no primeiro semestre de 2017.

**Orientador: Prof. Flávia Guidotti.**

Florianópolis

Junho de 2017

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ­­**FICHA DO TCC** | **Trabalho de Conclusão de Curso**  **JORNALISMO UFSC** | | |
| **ANO** | 2017.1 | | |
| **ALUNO** | Elva Gladis de la Cruz Obeso | | |
| **TÍTULO** | Subversivas - O uniforme mudou mas o cheiro é o mesmo | | |
| **ORIENTADOR** | Profª Flávia Guidotti | | |
| **MÍDIA** |  | Impresso | |
|  | Rádio | |
| X | TV/Vídeo | |
|  | Foto | |
|  | Website | |
|  | Multimídia | |
| **CATEGORIA** |  | Pesquisa Científica | |
|  | Produto Comunicacional | |
|  | Produto Institucional (assessoria de imprensa) | |
| X | Produto Jornalístico (inteiro) | **Local da apuração:** |
|  | Reportagem  livro-reportagem  ( ) | ( X ) Florianópolis ( ) Brasil  ( X ) Santa Catarina ( ) Internacional  ( ) Região Sul  País:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **ÁREAS** | Documentário; Audiovisual; Identidade de gênero; Ditadura Militar; Santa Catarina; Preconceito; | | |
| **RESUMO** | Diversos grupos sociais que viveram a repressão da ditadura militar brasileira possuem suas histórias silenciadas e invisibilizadas até os dias atuais. Nos anos de chumbo não se conhecia o termo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e a transgeneridade e a travestilidade eram vistas como formas de homossexualidades, e consequentemente, como “elementos subversivos” para o governo militar. A ideia de subversão associada a essas mulheres permaneceu mesmo com o fim da ditadura. A polícia vista como um braço armado do Estado - a representação dos resquícios da ditadura militar - com o apoio do conservadorismo da sociedade continuou perseguindo qualquer pessoa que transgredia as normas (de gênero, sociais). Mulheres transexuais e travestis sofreram violências específicas por suas identidades de gênero, especialmente as que trabalhavam na prostituição e estavam mais expostas. A ausência da responsabilização e julgamento dos agentes do Estado permitem que as violências desses anos tenham efeitos até hoje. Este Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um videodocumentário sobre mulheres transgêneras que viveram os anos 1980 e 1990 em Santa Catarina e mesmo com o final da ditadura, continuaram sofrendo a repressão dos policiais e os efeitos de uma cultura de intolerância. Os objetivos são (a) resgatar as vivências dessas mulheres transexuais e travestis nesses anos; (b) visibilizar a discriminação e perseguição sofrida por essas mulheres pelos policias e sociedade; (c) retratar o contexto social e cultural de intolerância nesse período; (d) abordar o contexto atual que ainda não passou por uma transformação. O método de apuração constitui em entrevistas, pesquisa documental e etnografia.  Palavras-chave: Mulheres transexuais e travestis, Santa Catarina, Pós ditadura militar, Anos 1980 e 1990, Violência institucionalizada, Documentário. | | |

Às mulheres subversivas que tornaram este projeto possível.

**AGRADECIMENTOS**

À minha mãe Enerdira Elva Obeso Quijano e à minha vó Elva Margarita Quijano que mesmo com todas as dificuldades, distâncias, adaptações a uma nova etapa da minha vida, nunca desistiram de mim. Aprendi com elas os valores mais importantes que carrego e em todos os momentos difíceis da graduação, lembrei da força delas para continuar. Ao restante da família que de uma forma ou outra estiveram presente e acreditando em meus sonhos.

À minha segunda família Ana Luiza da Silva, Carlos Bonetti, Caio Cesar, Daniela Geisler, Daniel Machado, Luana Canzian Llanes, Pedro Inácio Leoni, Rafael Ferreira da Costa e Sandy Costa que me acompanham nas aventuras e sonhos e em as suas condições contribuíram para tornar este trabalho possível.

Aos amigos que o Jornalismo e a UFSC me proporcionaram conhecer e dividir aprendizados Guilherme Pereira, Guilherme Constâncio, Jonatan dos Santos, Larissa Gaspar, Luiza Possamai Kons, Samantha Sant’Ana, Tiago Ghizoni, Luiz Fernando Menezes, Amanda Ribeiro e Paula Barbabela.

Agradecimentos especiais aos amigos Marcio Oleiro e Thais Corrêa por terem me acompanhado em todo o processo de edição e finalização do documentário com comentários, críticas, sugestões e até mesmo para dividir uma porção de batata frita no momento de estresse e cansaço mental.

Ao Red Nedel e a Lirous Kyu Fonseca que gentilmente conversaram comigo no início da produção deste trabalho compartilhando experiências e referências. Acreditando na minha capacidade técnica e intelectual para produzir um trabalho honesto, crítico e sensível.

À equipe incrível que trabalhei para a produção do Subversivas, Daniela Geisler como produção, Carolina Arruda, Caroline Mariga na fotografia, e Adriana Zanotto, João Vitor Roberge e Guilherme Pereira com motoristas e operadores de som. Meus mais sinceros agradecimentos por compartilharem suas capacidades para a realização do documentário.

Às mulheres subversivas Gabriela da Silva, Kelly Batista, Sheron Prado e Paula Andrade que cederam seu tempo e compartilharam suas histórias na confiança do meu trabalho. Mulheres inspiradoras que representam a vida de tantas outras que não chegaram a suas idades.

À minha orientadora e professora de Fotografia do curso de Jornalismo, Flávia Guidotti, que acreditou na minha capacidade técnica, estética e crítica, dando liberdade para produzir um trabalho bastante autoral.

O exótico expõe, da maneira mais óbvia possível, a artificialidade

do convencional. O convencional, por sua vez, parece tão natural

que mascara a sua própria condição de mera construção social.

(Thurer, Shari L. *The End of Gender.* 2005, p. 67)

“(…) certas vidas não se qualificam como vidas, ou, desde

o princípio não são concebidas como vida, dentro de certos

marcos epistemológicos, então, tais vidas nunca se considerarão

vividas ou perdidas no sentido pleno de ambas as palavras”.

(BUTLER, Judith. *Marcos de Guerra: las vidas lloradas*. 2010, pg. 13)

SUMÁRIO

[1. RESUMO 15](#_Toc487150868)

[2. APRESENTAÇÃO DO TEMA 17](#_Toc487150869)

[3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO FORMATO 26](#_Toc487150870)

[4. PROCESSO DE PRODUÇÃO 29](#_Toc487150871)

[4.1 PRÉ-APURAÇÃO 29](#_Toc487150872)

[4.2 APURAÇÃO E GRAVAÇÕES 31](#_Toc487150873)

[4.3 FONTES 37](#_Toc487150874)

[4.5 EDIÇÃO 40](#_Toc487150875)

[4.6 FINALIZAÇÃO 41](#_Toc487150876)

[5. RECURSOS 42](#_Toc487150877)

[6. DIFICULDADES E APRENDIZADOS 44](#_Toc487150878)

[7. REFERÊNCIAS 45](#_Toc487150879)

# 1. RESUMO

Diversos grupos sociais que viveram a repressão da ditadura militar brasileira possuem suas histórias silenciadas e invisibilizadas até os dias atuais. Nos anos de chumbo não se conhecia o termo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e a transgeneridade e a travestilidade eram vistas como formas de homossexualidades, e consequentemente, como “elementos subversivos” para o governo militar. A ideia de subversão associada a essas mulheres permaneceu mesmo com o fim da ditadura. A polícia vista como um braço armado do Estado - a representação dos resquícios da ditadura militar - com o apoio do conservadorismo da sociedade continuou perseguindo qualquer pessoa que transgredia as normas (de gênero, sociais). Mulheres transexuais e travestis sofreram violências específicas por suas identidades de gênero, especialmente as que trabalhavam na prostituição e estavam mais expostas. A ausência da responsabilização e julgamento dos agentes do Estado permitem que as violências desses anos tenham efeitos até hoje. Este Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um videodocumentário sobre mulheres transgêneras que viveram os anos 1980 e 1990 em Santa Catarina e mesmo com o final da ditadura, continuaram sofrendo a repressão dos policiais e os efeitos de uma cultura de intolerância. Os objetivos são (a) resgatar as vivências dessas mulheres transexuais e travestis nesses anos; (b) visibilizar a discriminação e perseguição sofrida por essas mulheres pelos policias e sociedade; (c) retratar o contexto social e cultural de intolerância nesse período; (d) abordar o contexto atual que ainda não passou por uma transformação. O método de apuração constitui em entrevistas, pesquisa documental e etnografia.

**Palavras-chave:** Mulheres transexuais e travestis, Santa Catarina, Pós ditadura militar, Anos 1980 e 1990, Violência institucionalizada, Documentário.

# 2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em videodocumentário se propõe a contar as histórias de mulheres transexuais e travestis que viveram os anos 80 em Santa Catarina e sentiram os resquícios da ditadura civil-militar reproduzidos pelos policias e por uma sociedade conservadora. Com histórias de quatro mulheres de Tubarão, Blumenau e Florianópolis, o documentário pretende contribuir para um resgate e uma visibilização de fatos ainda não documentados e sem julgamentos que tem efeitos até hoje para essa população.

O documentário busca em especial abordar de que maneiras esses anos dificultaram os modos de vida dessas pessoas e suas afirmações. Além das violências, o não pertencimento e a transgressão às normas do sistema de gênero binário – masculino e feminino - era ainda maior pela transgeneridade e a travestilidade serem consideradas formas de homossexualidades nesse período. Os conceitos de sexo, gênero e orientação sexual não eram discutidos ou questionados.

A relação entre a ditadura e as temáticas ligadas ao universo LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – ainda são pouco exploradas. Uma das maiores contribuições para esse tema foi a produção de um dos capítulos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade feito pelos pesquisadores James N. Green, Carlos Manuel de Céspedes e Renan Quinalha intitulado “Ditadura e Homossexualidades”. Com relatos, nomes de delegados que fizeram as “varreduras” de “elementos subversivos” como eram chamadas as mulheres travestis que trabalham na rua; jornalistas, grupos e militantes que resistiram às operações; e mulheres e homens transgêneros que tiveram suas histórias invisibilizadas.

A ditadura militar “terminou” em 1985, mas os resquícios de uma mentalidade conservadora e moralista continuou e resiste até os dias de hoje como nos pedidos pela intervenção militar. Gabriela da Silva, Sheron Prado, Kelly Batista e Paula Andrade contam suas histórias nos anos pós ditadura em que o *uniforme mudou mas o cheiro era o mesmo*. As operações conhecidas como “pente fino” feitas no final dos anos 80 pelos policiais em Florianópolis eram tão parecidas com as “varreduras” dos militares de 64. E a rejeição social à essa população é tão atual que torna o Brasil hoje, o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo.

2.2 CONCEITOS

Alguns conceitos são importantes para situar este Trabalho de Conclusão de Curso.

Entende-se por **identidades transgêneras** aquelas identidades de gênero que se constituem a partir de alguma forma de transgressão, desvio ou violação das normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário de gênero masculino-feminino (LANZ, 2015, p. 14). A não conformidade a essas normas podem variar desde a vestimenta de roupas culturalmente atribuídas ao gênero oposto até a identificação pelo gênero oposto que lhe foi atribuído ao nascer.

O termo trânsgenero como explica a pesquisadora Letícia Lanz é um adjetivo, diferentes dos termos transexuais e travestis que são substantivos. Qualquer pessoa desviante das normas de gênero são pessoas transgêneras ou com identidade gênero-divergente. Uma mulher travesti e um homem transexual são pessoas transgêneras, uma pessoa não-binária – masculino/feminino – que não são exclusivamente, totalmente e sempre femininos e também não são exclusivamente, totalmente e sempre masculinos, são pessoas transgêneras ou como também é usado a abreviação “trans”.

Sexo, gênero e orientação sexual são três importantes conceitos e na maioria das vezes confundidos. Conforme o “Glossário específico: População LGBT” desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos, o **sexo biológico** “é um conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam machos e fêmeas”. A natureza fornece o sexo em quatro diferentes versões: a) Macho, a pessoa nasce com pênis; b) Fêmea, a pessoa nasce com vagina; c) Intersexuado, a pessoa que nasce com pênis e vagina, simultaneamente e; d) Nulo, pessoa que nasce destituída de qualquer traço genital definido feminino. (LANZ, 2015, p. 38)

O segundo significado importante contido na palavra “sexo” está relacionado a **gênero** ou seja, o **conjunto das expectativas sociais de desempenho de uma pessoa, estabelecidas em função do seu sexo biológico**. A socióloga Letícia Lanz explica que se trata de um vasto somatório de papéis, funções, oportunidades e interdições, atitudes e atributos políticos, econômicos e culturais que a sociedade impõem a cada um e a todos os indivíduos, em função do sexo biológico. A sociedade atribui às categorias **macho** e **fêmea** as categorias sociais correspondentes **homem** e **mulher** ou **masculino** e **feminino.**

**Orientação sexual** é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar ou não os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade. (Glossário LGBT, 201?)

As categorizações de gênero são tão naturalizadas nas relações e práticas que são vistas, reconhecidas e aceitas como “naturais” quando nada mais são do que conceitos socialmente e culturalmente construídos que variam de cultura para cultura e de época para época, diferentemente do sexo biológico.

O dispositivo binário de gênero pode ser compreendido como um conjunto de normas de regulação e controle baseado em estereótipos, atributos culturais, atitudes, identidades e expressões, papéis, fundações e expectativas sociais de desempenho relacionadas a cada uma das identidades “oficiais” de gênero: masculino e feminino ou homem e mulher (Foucault *apud* LANZ, 2015, p. 43)

Em “Problemas de Gênero: feminismo, subversão da identidade” (2003), Judith Butler desconstrói a dicotomia sexo/gênero, entendendo que sexo sempre foi gênero, pois a existência de um corpo feminino, socialmente construído é que determina a existência da fêmea como um sexo verdadeiro, natural e fundamental.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (2003).

Butler também diz que o gênero seria intencional, um gesto performativo que consiste na repetição em caráter permanente e contínuo de normas que não são possibilidades de escolha do sujeito, mas aspectos pré-estabelecidos que conhecemos como *performance.*

Quando dizemos que gênero é performado, geralmente queremos dizer que assumimos um papel ou que estamos agindo de alguma forma e que estas atitudes ou o nosso papel são cruciais para o gênero ao qual pertencemos e

que apresentamos ao mundo. Dizer que o gênero é performativo é um pouco diferente pois para algo ser performativo, isto significa que produz uma série de efeitos. (...) Nós agimos como se este “ser um homem” ou “ser uma mulher” fosse uma realidade interna, ou algo que simplesmente é uma verdade sobre nós, um fato sobre nós. Na verdade, trata-se de um fenômeno que tem sido produzido todo o tempo, e reproduzido todo o tempo. Então dizer que o gênero é performativo é dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre. (BUTLER, 2011 apud NEDEL, 2014, p.18)

Para a autora, gênero é performático, ou seja, é o que a gente faz e o modo como culturalmente fazemos. E mesmo a normatização desse dispositivo de gênero binário – homem/mulher ou masculino/feminino – é que permite a desconstrução e a transgressão dessas normas como são feitas pelas pessoas trans.

2.3 TRANSGÊNERO E CISGÊNERO

**Transgênero** e **cisgênero** está diretamente ligado a gênero, conceito do qual essas duas palavras se originam.

Transgênero é, antes de mais nada, um termo politicamente engajado, nascido na luta pelos direitos civis das pessoas gênero-divergentes, que são aquelas cuja identidade de gênero assumida não corresponde à classificação recebida ao nascer. (LANZ, 2015, p. 69)

A organização LGBT GLAAD – *Gay & Lesbian Alliance Against Defamation,* trabalha há mais de 25 anos monitorando a mídia norte-americana e mundial na veiculação de notícias relacionadas ao público de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Em sua publicação *Media Reference Guide* (Manual de Referência de Mídia), a GLAAD define Transgênero como:

**Transgênero (adj.)** Um termo guarda-chuva para pessoa cuja identidade de gênero e/ou expressão de gênero difere do que é tipicamente associado com o gênero em que foram classificadas ao nascer. Pessoas sob o guarda-chuva transgênero podem descrever a si próprias usando um ou mais de uma enorme variedade de termos – incluindo transgênero. [...] Muitas pessoas transgêneras usam hormônios prescritos por seus médicos para mudar seus corpos. Alguns também se submetem a cirurgia. Mas nem todas as pessoas transgênero podem ou vão adotar esses procedimentos e uma identidade transgênera não é dependente de procedimentos médicos (*Media Reference Guide*, 2014)

**Cisgênero** já é a “pessoa gênero-conforme, ou seja, que vivem bem adaptada, sem apresentar nenhum desvio em relação às normas e expectativas sociais de desempenho da categoria de gênero (homem ou mulher) na qual foi classificada ao nascer” (LANZ, 2015, p. 76)

2.4 PESSOAS TRANSEXUAIS E MULHERES TRAVESTIS

As histórias presentes neste trabalho são de mulheres transexuais e travestis, pessoas transgêneras. É importante destacar o contexto histórico que essas mulheres nasceram, cresceram e iniciaram seu processo de transição e identificação com o gênero oposto ao designado no nascimento. Nos anos 1980 e 1990 não se conheciam os conceitos e termos do universo LGBT, a transgeridade era vista como uma homossexualidade – gênero e orientação sexual – e o mais próximo da identificação transgênera era o termo travesti.

Travestis são pessoas que vivenciam papeis de gênero feminino e, em geral, preferem ser chamadas por pronomes femininos, mas não se reconhecem como homens ou mulheres, e sim como um terceiro gênero (JESUS, 2012).

(Travesti) Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). [...] Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O“ travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA *apud* Glossário específico: População LGBT)

Transexuais possuem uma identidade de gênero diferente daquela imposta socialmente a partir de seus genitais. Conforme o Glossário do Ministério dos Direitos Humanos, pessoas transexuais “[...] não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo”.

As pessoas transexuais são classificadas até hoje como portadoras de “transtorno de identidade sexual” de acordo com a Classificação Internacional de Doenças CID-10. A Associação Americana de Psiquiatria, responsável pela formatação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doença Mental (DSM) classifica essas pessoas como portadores de “disforia de gênero”:

Desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. (Transversus, 201?)

Lanz coloca em “O corpo da roupa” (2015) que a partir do final da década de 1980, ocorre no Brasil uma radical separação conceitual entre os termos travesti e transexual, cuja função foi a de diferenciar o um desvio da norma de gênero “bom” e “moralmente justificado” [transexual] do “mau” desvio, indecente devasso e sem nenhuma justificativa moral aceitável [travesti].

Ser classificada como portadora de transtorno mental “redime” a transexual do estigma proveniente do desvio da norma de gênero: ela encarna o “bom desvio”, em contraponto com o “mau-desvio”, personificado pela travesti. A ruptura da transexual com a norma de gênero deixa de ser considerada “desvio de conduta” e “perversão”, como é o caso da travesti, para ser tratada como “doença mental”, o que não deixa de representar um *upgrade* na degrada condição social da travesti como transgressora da norma de gênero. Embora também estigmatizado, o status de “doente mental” é muito mais ameno e suave no ponto de vista sociopolítico do que o status de delinquente (LANZ, 2015, p. 346)

A presidente do Conselho Nacional para Prevenir a Discriminação, Alexandra Haas, em entrevista para o jornal O Globo (2016), explica o quanto é “problemático que se assuma a identidade trans como patologia. Pensar a identidade como uma doença nos obriga a buscar uma **cura**, e em vez disso os esforços institucionais devem focar em reconhecer a diversidade, promover a inclusão e garantir os direitos”.

O gênero dos termos usados para descrever pessoas transexuais se refere ao gênero-alvo: uma pessoa que nasceu com sexo feminino, mas se identifica como um homem é um “homem transgênero”, ou homem trans; já uma pessoa que nasceu com sexo masculino, mas se identifica como uma mulher, é uma “mulher transgênero”, ou mulher trans.

Uma pessoa transexual em relação à orientação sexual, pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, de acordo com suas atrações afetivas e sexuais. A distinção entre transexuais e travestis com as mulheres transgêneras mais velhas acontece principalmente pela autoidentificação e como dito inicialmente, pelo contexto histórico em que viveram não definem uma identidade única, em alguns momentos se reconhecem como transexuais e em outros, como travestis.

2.5 COMUNIDADE TRANSGÊNERA NO BRASIL

O Brasil é considerado o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e junho de 2016, foram registradas 938 mortes no país, segundo pesquisa da ONG Transgender Europe (TGEU) - rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero - e continua pelo sexto ano consecutivo nessa posição. O número não representa todos os casos pois a TGEU reúne informações apenas da Internet, mídias, ativistas e outras organizações. Enquanto o brasileiro tem uma expectativa de vida de 75 anos, a de transexuais e travestis é de 35.

Até a escrita deste relatório já são 63 transexuais e travestis assassinados em 2017, dado da pesquisa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) que criou um mapa interativo com todos os casos registrados este ano. O objetivo é visibilizar a situação de transexuais e travestis no país, apresentando cada caso com o nome da vítima, local e forma do crime. São Paulo é o estado que mais mata por transfobia com sete casos, seguido do Ceará com seis, e Bahia e Rio de Janeiro, com cinco casos cada um. O número possivelmente é ainda maior, já que a associação contabiliza os casos que aparecem na imprensa, porém muitos ainda não são reportados.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais mais antiga do Brasil, divulga anualmente relatórios de assassinatos de homossexuais e transgêneros no país, no qual distinguem crimes realizados contra gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. De acordo com relatórios do GGB, 318 pessoas LGBT foram assassinados no Brasil em 2015 - 52% gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. Essa número equivale a um crime de ódio a cada 27 horas.

Proporcionalmente, as travestis e transexuais são as mais vitimizadas: o risco de uma “trans” ser assassinada é 14 vezes maior que um gay, e se compararmos com os Estados Unidos, as 119 travestis brasileiras assassinadas em 2015 em comparação com as 21 trans americanas, têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas. Segundo agências internacionais, mais da metade dos homicídios contra transexuais do mundo, ocorrem no Brasil (GGB, 2016).

De acordo com a Antra, 90% das travestis e transexuais são obrigadas a entrar na prostituição para se sustentar no Brasil. Essa situação é causada pelo preconceito e a baixa escolaridade. Grande parte dessas pessoas não consegue uma oportunidade no mercado de trabalho e a rua é o único lugar que as portas não se fecham. E mesmo aquelas com graduação e capacidade para exercer uma profissão são recusadas por sua identidade de gênero. Basta observar quantas pessoas transgêneras você encontra em um trabalho formal durante o dia.

2.6 DITADURA MILITAR E HOMOSSEXUALIDADES

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família. (GREEN, James N, et al., 2014, p. 300)

Mesmo a discriminação às pessoas que transgridem as normas de gênero não ser originada nesse período, a eliminação de direitos democráticos e de liberdade públicas causadas pelo golpe de 1964, adiou as possibilidades de se discutir no país as mudanças que aconteciam nos anos 1950 e 1960 decorrentes do movimento Feminista e de outros movimentos sociais nos Estados Unidos, Europa e Argentina. O debate para novas atitudes diante da homossexualidade e que levaram a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade nesses lugares.

A instauração de um regime autoritário e repressor adiou a presença de atores políticos que pautassem esses temas na cena pública. Reforçou o poder da polícia, a censura sobre diversas esferas da vida e as arbitrariedades da repressão estatal, instituindo uma notória permissividade para a prática de graves violações dos direitos humanos de pessoas LGBT. (GREEN, James N, et al., 2014, p. 300)

Ela (ditadura militar) apenas forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agirem. O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre “desvio moral” e “subversão” e, também, tendo em vista a técnica de inculpação que majoritariamente utilizavam. (GREEN;QUINALHA, 2014, p. 15)

Nos anos de regime militar não se conhecia o termo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e a transgeneridade e travestilidade eram vistas como formas de homossexualidades, e consequentemente, como “elementos subversivos” para o movimento golpista. Qualquer pessoa que transgredia as normas de gênero era vista como ameaça à moralidade e as famílias brasileiras, à ideologia do Estado, e poderia perverter e incentivar a juventude, além de propagar “abomináveis” práticas. Era feita uma associação direta entre os desvios sexo-gênero e a ideologia comunista.

O governo autoritário iniciou um processo de higienização e perseguição à homossexuais, travestis, transexuais, e todo e qualquer desviante sexo-gênero que pudesse iniciar uma “revolução de costumes”. Como é contado no relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV, no capítulo destinado à violência contra a população LGBT, os governos municipais e estaduais realizaram verdadeira caça à homossexuais e travestis no Brasil.

Em 1º de abril de 1980, O Estado de São Paulo publicou matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo”. (GREEN, et al., 2014, p. 300)

As polícias civis e militares adotaram um padrão repressor e violento às pessoas LGBT no centro da cidade São Paulo, entre 1976 e 1982. As operações contavam com o respaldo da Secretaria de Segurança Pública sob comando do coronel Erasmo Dias. O delegado Guido Fonseca elaborou estudos criminológicos de diversas travestis, recomendando a contravenção penal de vadiagem para combater à homossexualidade.

Essas operações tinham o objetivo de limpeza e higienização da presença de prostitutas, travestis e homossexuais na cidade. Essas operações eram chamadas de “rondões”. “Rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central da cidade, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti, perseguindo claramente grupos vulneráveis e estigmatizados” (GREEN;QUINALHA, 2014, p. 307).

Eram realizadas batidas policiais em locais frequentados pelas pessoas LGBT, especialmente as travestis, que eram levadas “para averiguação” com a justificativa legal a contravenção penal de vadiagem e a prisão cautelar prevista no Código de Processo Penal de 1941, então em vigor. Cerca de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para delegacias.

2.7 PÓS DITADURA EM SANTA CATARINA E MULHERES TRANS

A ditadura militar no Brasil terminou em 1985, mas os resquícios desse período continuaram nas ideias tradicionais e conservadoras e no abuso de poder dos policiais com determinados grupos. Mulheres travestis e transexuais continuavam discriminadas pela sociedade e as que trabalhavam na rua viviam em uma intensa perseguição.

Em Florianópolis existiam operações conhecidas como Pente Fino ou varreduras feitas pela polícia para retirar qualquer pessoa que transgredisse as normas, especialmente as mulheres travestis e transexuais que trabalhavam na prostituição. Elas eram levadas em um camburão e em alguns casos apanhavam dos policiais como contou Kelly Batista e Sheron Prado em Blumenau, profissionais do sexo, para o documentário Subversivas. Essas batidas eram feitas em casas noturnas e principalmente nas ruas com justificativa legal a contravenção penal de vadiagem.

Na delegacia, algumas eram fichadas e obrigadas a passar a noite, outras ficavam por mais tempo. Sheron contou de um delegado em Balneário Camboriú que tinha ódio de travestis e mandava “caçar” todas que estavam na rua. “[...] Ele (delegado) pegava e recolhia. Deixava a gente presa a noite toda e quando estávamos pegando no sono, mandava jogar água com mangueira e no outro dia botava a gente para limpar e só depois soltar”, relatou Sheron.

Kelly foi presa cinco vezes e lembra das condições que os policiais deixavam as meninas na delegacia. “Eles não nos colocavam na cela dos presos, nos deixavam no corredor e davam um copinho de café para seis pessoas e um colchão podre para sentar em cima, cheio de pulgas. E ali tu ficava até o dia seguinte”.

Gabriela da Silva, outra entrevistada do documentário também foi presa. Mesmo nunca tendo trabalhado como profissional do sexo, Gabriela foi presa durante o dia quando passava pela “Marecha” – Avenida Marechal Deodoro em Tubarão conhecida por ser o ponto de encontro de pessoas homossexuais. Ela e mais um amigo que a acompanhava foram abordados e levados para a polícia pois o delegado da época queria proibir a presença de homossexuais na cidade.

Paula Andrade, mulher transexual e policial civil entrou para a polícia logo depois da faculdade. A policial contou a diversão que era para os policiais realizar essas operações e levar as meninas para a delegacia sem nenhum objetivo legal.

Quando se dizia que ia fazer isso (Pente Fino), era um momento de êxtase dos policiais, eles achavam aquilo muito engraçado, muito legal. O desrespeito era muito grande, você já notava que não se tratava de uma atividade eminentemente policial de dizer qua há um objetivo, era realmente preconceito e discriminação com essa população.

O preconceito porém não vinha só dos policiais. A polícia era um reflexo da família tradicional brasileira. A existência e o “estar” dessas mulheres contrariava e subvertia os moralismos daquele período e do que era “correto”. Por isso, a maioria delas acabavam não saindo nas ruas durante o dia por medo e pela discriminação. As meninas como Kelly e Sheron quando passavam em frente a lanchonetes ou outros comércios, ouviam diversas falas de assédio quando não atiravam comidas nelas.

Gabriela relatou que em nenhum momento passou despercebida pelas ruas. Pior do que a violência física era a violência dos olhares e a que mais resiste até hoje. Paula durante o documentário explica que qualquer pessoa que transgredisse as normas de gênero e do que era esperado por uma sociedade heteronormativa, era desqualificada e vista como aberração. As travestis e transexuais eram tidas como pessoas que escolhiam aquela vida e por isso mereciam essa exclusão.

# 3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO FORMATO

A população transgênera no Brasil segue até hoje marginalizada e negligenciada. A luta dessas pessoas são por direitos básicos como educação, mercado de trabalho, vida. E quando citadas na mídia tradicional são em casos de extrema violência como assassinatos, mas sem contexto ou preocupação em gerar uma conscientização dessa realidade. É uma população brutalmente assassinada no Brasil mais que em qualquer outro lugar do planeta.

As informações já descritas no item “Apresentação do tema” reforça a necessidade de de mais trabalhos e pesquisas sobre as vivências desse grupo. Hoje ainda não é possível encontrar um grande número de pessoas trans em lugares comuns como universidades, trabalhos formais ou até mesmo nas ruas durante o dia.

E quando relacionamos transgeneridade e ditadura militar, os registros são ainda menores. São poucas pesquisas acadêmicas ou materiais jornalísticos que escreveram e documentaram sobre esse tema. Temos um capítulo no Relatório da Comissão Nacional da Verdade e algumas referências específicas, mas as histórias de mulheres travestis e transexuais que foram “caçadas” pelos militares ainda pertencem a um silenciamento.

Quando fui pesquisar sobre o tema, a falta de informações e estudos mais aprofundados me instigou ainda mais vontade de produzir um trabalho jornalístico com essa população e nesse contexto. Afinal, resquícios do período do regime militar influenciam na vida dessas pessoas até hoje. A polícia ainda está longe de ser um órgão perfeito de proteção e a transfobia - ódio, preconceito de algumas pessoas ou grupos contra a população trans – é uma realidade atual.

Santa Catarina entretanto não possui uma população trans que tenha vivido já em fase adulta a ditadura militar. As entrevistadas para o documentário que representam a população mais velha do estado nasceram naquele período e sentiram a ditadura quando crianças, no período da escola. Mas não foi o fim do regime militar que permitiu uma liberdade plena e respeito a identidade dessas mulheres. As que trabalhavam na rua continuaram sendo perseguidas por policiais como nos anos de chumbo e todas independente do trabalho sentiram nos olhares e na pele a discriminação e o ódio de uma sociedade conservadora.

Tal contexto justifica o desenvolvimento de um produto jornalístico responsável e crítico, que contribua para visibilizar as vivências e as histórias ainda não documentadas e para a discussão de como ainda vivem essas mulheres até hoje. Este videodocumentário poderá servir de material de pesquisa para quem se interessa pelo tema e esteja precisando de informações e relatos orais.

O formato de videodocumentário foi escolhido pela minha afinidade durante os cincos anos de graduação com o audiovisual. Desde o segundo estágio comecei a trabalhar com captação e edição de vídeo o que me deixou mais segura para optar por esse formato para o TCC. Em relação ao tema o documentário também se mostrou a melhor opção.

O documentário engaja-se no mundo pela representação, fazendo isso de três maneiras. Em primeiro lugar, os documentários oferecem-nos um retrato ou uma representação reconhecível do mundo. Pela capacidade que têm o filme e a fita de áudio de registrar situações e acontecimentos com notável fidelidade, vemos nos documentários pessoas, lugares e coisas que também poderíamos ver por nós mesmo, fora do cinema. Essa característica, por si só, muitas vezes fornece uma base para a crença; vemos o que estava lá, diante da câmera; deve ser verdade. (NICHOLS, 2005, p. 28)

A capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera permite que o espectador se aproxime daquela realidade, veja que ela é tão parecida com a dele mas em uma perspectiva diferente. O áudio também é responsável por despertar interesse e emoção ao espectador em determinadas histórias, asserções, sem contar o próprio som original captado naquele contexto. Tais características contribuem para uma aproximação por quem assiste para quem é filmado.

Documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como aserção sobre o mundo. A natureza das imagens-câmera e, principalmente, a dimensão da tomada através da qual as imagens são constituídas determinam a singularidade da narrativa documentária em meio a outros enunciados assertivos, escritos ou falados. (RAMOS, 2008, p. 22)

As vozes de um documentário pertencem a um conjunto discursivo orgânico chamado narrativa. A unidade da narrativa documentária é próximo daquela que chamamos de filme: uma unidade narrativa enunciada em uma duração temporal variável, mas una, sendo vinculada ao espectador enquanto unidade. O documentário, portanto, é um filme que possui suas asserções e um modo pelo qual as asserções são articuladas enquanto narrativa com começo, meio e fim em si mesma. (RAMOS, 2008, p. 55)

O documentário Subversivas possui duas narrativas, uma principal com dois enquadramentos de entrevistas e com sonoras factuais e históricas. E uma segunda narrativa mais subjetiva que tem o propósito de aproximar o espectador à mulher que está contando sua história. Essa segunda narrativa é coberta com imagens de rotina (maquiagem, trabalho) intercaladas com o plano *close* das entrevistas, e aborda as histórias de transição e os sentimentos no trabalho das entrevistas. A narrativa subjetiva também tem a função de respiros para a edição.

A estrutura escolhida para o documentário mescla os documentários poéticos e expositivos explicados por Nichols. Os poéticos tendem a ser mais abstratos, possuem imagens com nível estético mais apurado, porém com pouca informação direta, narrativa escolhida para a segunda narrativa.

O modo poético é particularmente hábil em possibilitar formas alternativas de conhecimento para transferir informações diretamente, dar prosseguimento a um argumento ou ponto de vista específico ou apresentar preposições sobre problemas que necessitam solução. Esse modo enfatiza mais o estado de ânimo, o tom e o afeto do que as demonstrações de conhecimento ou ações persuasivas. (NICHOLS, 2005, p. 138)

Já o documentário expositivo utilizado na narrativa principal é fiel à informação direta e ao didatismo, como também sugere Bill Nichols:

Esse modo (expositivo) agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética. O modo expositivo dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história. [...] Os documentários expositivos dependem muito de uma lógica informativa transmitida verbalmente. Numa inversão de ênfase tradicional do cinema, as imagens desempenham papel secundário. Elas ilustram, esclarecem, evocam ou contrapõem o que é dito. (2005, p. 142)

Ambas narrativas foram mescladas ao longo do documentário. Houve uma preocupação durante a produção em filmar imagens pensadas esteticamente. As imagens de rotina de cada entrevistada tinham a finalidade de aproximação e de interesse. As histórias dos fatos que são a base do documentário não podiam ter muitas distrações, então se procurou explorar enquadramentos de entrevistas.

# 4. PROCESSO DE PRODUÇÃO

A seguir as etapas de produção do documentário feito como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

## PRÉ-APURAÇÃO

O processo de pré-apuração começou, ainda que de forma mais superficial, quando fiz o trabalho final para a disciplina optativa de Jornalismo e Gênero no primeiro semestre de 2016, já com a ideia de abordar alguma temática relacionada a população trans. Foi meu primeiro contato então com os estudos sobre identidade de gênero e os trabalhos realizados pela Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - Adeh para as pessoas transexuais e travestis de Florianópolis.

Após essa disciplina decidi que faria meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a população trans. Seria um enorme desafio pela falta de conhecimentos e referências teóricas, mas o desejo de contribuir por meio do jornalismo com a realidade dessas pessoas me fizeram acreditar na realização de um trabalho importante.

Nesse momento comecei a conversar mais com uma das pessoas que foi entrevistada para o trabalho de Jornalismo e Gênero, Red Nedel, jornalista formado no curso da UFSC e pessoa transgênero. O contato com ele foi fundamental para me aprofundar no assunto e manter meu olhar sempre atento a detalhes e a singularidade dessas pessoas. Mas foi em uma das conversas com ele que fiz outra decisão importante em relação ao projeto. Red contou que se sentia feliz de ser uma pessoa para trocar referências e ajudar quem quisesse abrir mais sua mente, mas sentia que havia se tornado apenas isso: uma pessoa trans que só falava sobre esse assunto e que vivia apenas desse rótulo. Quando na verdade ele também é jornalista, músico, jogador, entre tantos outros interesses que formam sua identidade como Red.

Como amiga e futura jornalista após ouvir o desabafo de Red, percebi que não podia fazer mais um trabalho que definissem as entrevistadas **apenas** como pessoas transgênero. Tanto Red como outros são antes de tudo pessoas. E no meu projeto, mulheres que sentiram na pele os efeitos de uma sociedade machista no seu estado máximo pleno. Defini que tomaria cuidado desde os planos do documentário até a ordem da narrativa para não explorar a identidade de gênero como o mais e único tema importante e permitir que uma espectadora como a minha vó se identificasse com a história da mulher que estava na tela da sua televisão.

A proposta apresentada em Técnicas de Projeto foi uma série com três curtas documentários sobre educação, mercado de trabalho e violência na comunidade trans. Sabia que a falta de espaço e acesso à educação por essas pessoas, tornavam o mercado de trabalho ainda mais inacessível. Como ouvi de uma das meninas que conheci durante esse projeto, Fabrizía de Souza Felipe, “as ruas são os únicos lugares que não fecham a porta para a gente”, e então ligaria com o episódio sobre o mercado de trabalho; A expectativa de vida da população trans e de travestis no Brasil hoje é de 35 anos e parte disso é recorrente da violência física mas também psicológica que essas pessoas lidam todos os dias. Aproveitei o semestre para continuar estudando sobre o assunto e o formato, e conhecer pessoas que pudessem participar do projeto.

No início do ano já estava frequentando mais a Adeh e em uma das conversas com a diretora da instituição, Lirous K'yo Fonseca Ávila, chegamos nos relatos de mulheres transexuais e travestis que passaram pelos anos de ditadura militar e foram perseguidas por suas identidades de gênero. Fui atrás de pesquisas sobre o tema e encontrei poucas referências e documentações sobre o assunto. Mas também encontrei a reportagem feita pela jornalista Helena Vieira para a revista Fórum com o título “ONDE ESTAVAM AS TRAVESTIS DURANTE A DITADURA?”. Uma das melhores reportagens que já havia lido e que questionava a falta de conhecimento sobre essa pessoas que viveram basicamente em um limbo nesse período. Perseguidas pelo Estado e deixadas de lado pelo corpo revolucionário.

Era isso mesmo que queria trabalhar. Desisti da ideia inicial e fui atrás do que era ainda mais desconhecido. As histórias da reportagem tratavam principalmente de mulheres travestis de São Paulo e Rio de Janeiro, mas com o apoio da Adeh decidi contar as histórias das mulheres daqui de Santa Catarina.

Conversei com pesquisadoras de gênero e ditadura militar do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), ambos da UFSC, a jornalista Laura Tayuma que participou da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright de Santa Catarina, e por meio da Lirous entrei em contato com a primeira entrevistada do TCC, Gabriela da Silva de Tubarão.

A partir da primeira conversa, percebi que as mulheres trans mais velhas em Santa Catarina tinham vivido principalmente os anos 80, final da Ditadura Militar, e sofrido a repressão dos policiais que continuaram com a política de violência do governo anterior. Tais fatos me fizeram mudar o recorte inicial do projeto para esse período e o propósito passou a ser a abordagem de como esses anos afetaram o cotidiano dessas mulheres que estavam em seus processos de transição e precisaram enfrentar desde olhares a violências físicas para estarem vivas até hoje.

## APURAÇÃO E GRAVAÇÕES

A primeira entrevista foi com a Gabriela da Silva em Tubarão. Gabi como é mais conhecida na cidade, leciona há 29 anos e atualmente é professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA). É difícil encontrar alguém que não a conheça, ela cresceu e se tornou referência como professora, cidadã e militante. É uma mulher ativa e envolvida com todas as questões que acontecem no espaço público.

Já nessa primeira conversa levei um equipamento mais básico – Câmera Canon 60D, lente 50mm f1.8, tripé, *shotgun* Rode, gravador de som e lapela do Laboratório de Som do curso de Cinema - para poder gravar a entrevista, com o principal objetivo de ter um áudio de qualidade. Não queria perder a oportunidade de captar uma boa história e de talvez usar alguma dessas respostas na edição, mas como estaria sozinha preferi ter um bom som captado do que preocupação com imagem, pois a ideia era voltar e filmar novamente. Cheguei no meio da manhã em Tubarão e fiquei com ela até o final da tarde. A conversa rendeu e como entrevistada para documentário em vídeo foi perfeito. Além de se expressar bem, Gabriela tem um pensamento crítico forte e consciente dos anos que viveu.

Quando voltei para Florianópolis, comecei a decupar o material. Gravei quase duas horas de entrevista e com as referências que já tinha de outros documentários e os estudos que vinha fazendo sobre ditadura militar e gênero, construí o primeiro roteiro. Sabia que fazer isso me ajudaria para as próximas gravações, desde escolher as fontes que mais contribuíssem para o documentário até as imagens de cobertura da entrevistada, das cidades e de arquivo. A entrevista rendeu tão bem que consegui esboçar um roteiro com os principais pontos a serem abordados, definindo detalhes desde a narrativa a estética pretendida no documentário.

Durante esse período de contato com as fontes, conversei com a jornalista Raíssa Turci formada no curso da UFSC e que tinha feito seu TCC sobre histórias de pessoas trans. Raíssa me passou várias referências e o contato da Kelly Batista, uma das fontes de seu livro que poderia participar do documentário ou até mesmo me indicar outras pessoas. O principal conselho da Raíssa foi o cuidado para ser o mais transparente possível, assim uma entrevistada me indicaria para a outra.

A comunidade trans enfrentou e continua enfrentando inúmeros desafios, e por isso possuem diversos receios de como suas histórias podem ser contadas e interpretadas. E foi exatamente isso que aconteceu. Conheci a Gabi, expliquei a ideia do projeto e minhas reais intenções e depois do final da conversa, ela já estava me passando o contato de mais duas meninas: a Sheron Prado em Blumenau e a Sheila de Jesus em Florianópolis.

Conversei pessoalmente com a Sheila por morarmos na mesma cidade. Ela nasceu em Florianópolis e se mudou com a mãe para Caxias do Sul (RS) quando adolescente. No Rio Grande do Sul foi obrigada a morar em zona – lugares de cafetão para as meninas que trabalhavam na rua poderem viver – pois sua mãe não conseguia alugar um imóvel morando com ela. Quando fez seus 18 anos, voltou para Florianópolis por causa do pai que era militar na época e obrigou que a convocassem para o serviço militar. Sheila conseguia contar histórias e lugares da cidade de Florianópolis que como estudante já fui visitar e não podia imaginar que já haviam sido palco de verdadeira perseguições. Infelizmente não gravamos a entrevista porque ela precisou cuidar da mãe em Mafra por motivos de saúde e pediu para não participar do projeto. Mas suas histórias serviram de incentivo para continuar procurando outras mulheres.

Entrei em contato com a Sheron de Blumenau e recebi um ótimo retorno. Marcamos um horário para eu ligar e explicar melhor a ideia do projeto. Ela entendeu e se interessou bastante em participar. Fiquei um pouco receosa quando ela me disse que era natural de Londrina (PR), mas morava em Blumenau há muitos anos e foi nessa cidade que trabalhou a maior parte de sua vida. Por mais que Sheron não fosse catarinense, ainda bem que optei por continuar a entrevista porque foi uma das conversas mais marcantes que tive. Sheron assim como Gabi abriu sua casa e permitiu que a filmassemos do jeito mais a vontade possível.

A segunda entrevista com a Gabriela já com equipe e os equipamentos necessários para a filmagem também foi produtiva. Tive a preocupação e a sensibilidade tantas vezes lembradas por professores da graduação para perceber se a conversa estava se tornando repetitiva ou cansativa. Admito que dei muita sorte com a Gabriela pois fazia parte da sua personalidade conversar bastante, e mesmo repetindo algumas perguntas, em nenhum momento ela demonstrou incômodo. Porém, não ficamos o dia todo com ela pois era feriado do dia do trabalhador e ela já tinha um compromisso à tarde.

Depois dessas duas filmagens, combinei uma filmagem com a Kelly Batista em Florianópolis que já trabalhou na Adeh e hoje faz trabalho voluntário na ONG Estrela Guia, distribuindo camisinhas para meninas profissionais do sexo. Em nosso primeiro encontro, Kelly me contou da sua amizade com a Sheila e soube me passar o mesmo contexto que a primeira fonte, mas pelo sotaque carregado da Ilha e a fala rápida fiquei um pouco preocupada de como seria no vídeo, mas tinha certeza que pelas suas histórias poderiam render uma boa entrevista.

Decidi arriscar e fazer a gravação da entrevista. Kelly é a personagem mais jovem do documentário e talvez a que mais sentiu na pele a violência e perseguição dos policiais que continuaram com os resquícios da ditadura militar. Kelly mesmo tento uma mente mais conservadora e em alguns momentos transmitindo isso por meio de falas com preconceito e julgamentos, precisou trabalhar na rua por falta de opção e além dos policias, relatou como as pessoas também (des)tratavam ela e suas colegas. Foi uma entrevista interessante pois precisei estar o mais distante possível, como jornalista não era minha função discutir ou problematizar suas falas com ela e esse foi o maior desafio.

Enquanto conversava com outras mulheres trans que pela idade poderiam ter passado por esse período, também me preocupei em ter uma fonte de pesquisa mesmo que não entrasse na edição final do documentário, mas principalmente como bagagem histórica para mim como autora. Procurei uma historiadora que tivesse seus estudos na área de gênero e ditadura militar, assim cheguei na mestranda Mariane da Silva do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGH). Formada em história pela UFSC, Mariane está em fase de qualificação de mestrado com um projeto sobre mulheres militantes no período da ditadura, Movimento Feminino pela Anistia, primeiro grupo político formado só por mulheres em Florianópolis.

Mariane contou na entrevista que são poucas as documentações sobre esses anos em Santa Catarina. Especificamente da ditadura militar apenas dois fatos são mais conhecidos: a Operação Barriga Verde (1975) – ponto máximo de repressão – e a Novembrada (1979) – ponto máximo da resistência – mas não é como se não houvesse existido outras violências e repressões, ou outros movimentos de resistência durante todo o período aqui no estado.

Foi uma entrevista relevante em relação ao conteúdo e para entender historicamente e socialmente Santa Catarina, mas optei por não apresentar no documentário por ter se aprofundado na ditadura. Desde o início do projeto, o propósito foi ouvir e visibilizar as histórias dessas mulheres, não senti a necessidade de uma fonte histórica complementar a narrativa pois justamente pela falta de estudos e trabalhos na área, elas são as principais fontes de pesquisa.

A última entrevistada foi a PaulaAndrade**,** também contato da Gabriela. Paula é natural de Florianópolis, seu pai era delegado naquele período militar e pós, e sua mãe trabalhava no Ministério Público. Paula assim como Gabriela conseguiu terminar os estudos e recebeu apoio de sua família, sempre quando não se discutisse a identidade de gênero de Paula – o que acontece até hoje. Formada em pedagogia pela Udesc, Paula aproveitou o tempo de faculdade para se politizar e encontrou no conhecimento uma forma de saber e entender sua identidade.

Paula no primeiro café que tomamos para eu lhe contar a ideia do projeto logo me surpreendeu quando disse que trabalhava na polícia desde os anos 80. Ela sabia que todos a respeitavam por ser filha de delegado, mas sabia também que precisava trabalhar muito mais do que qualquer um na polícia para continuar com o emprego. Mesmo com toda sua capacidade e competência, qualquer deslize seria motivo para mandá-la embora.

Mesmo com o apoio da família e “respeito” dos policiais, Paula sabia da situação e das perseguições que eram feitas pelos seus colegas as meninas travestis e trans que trabalhavam na rua. Se inicialmente Paula tinha receio de trabalhar no “berço” da opressão daqueles anos, depois ela percebeu que era nesse espaço que realmente podia fazer algo por essas mulheres e por toda a comunidade LGBT.

Em todas as filmagens contei com a ajuda de três amigas, Daniela Geisler (para a produção), Carolina Arruda e Caroline Mariga (para a fotografia que se intercalaram para uma estar presente em cada gravação), além dos amigos, João Vitor Roberge, Adriana Zanotto e Guilherme Pereira que fizeram o transporte de equipe e equipamentos. Mais uma vez o roteiro inicial foi fundamental, por meio dele consegui apresentar a ideia do documentário e alinhar toda a equipe com o propósito desse projeto.

Durante todo o curso de jornalismo trabalhei principalmente com produção audiovisual e especialmente com edição. Quando comecei a construir a ideia do documentário sabia que além de apresentar um conteúdo relevante e criar uma narrativa interessante com as entrevistas, tinha um enorme compromisso com a estética. Sempre gostei de fotografia e me interessei em buscar o máximo de referências audiovisuais, desde a jornalística a ficção. Cada plano tinha um propósito, a palheta de cores um significado, o uso de tripé ou não, não era só uma questão de ter o equipamento, demonstraria o olhar diferente que eu gostaria que o espectador tivesse.

Decidi trabalhar com duas câmeras em tripés nas entrevistas para criar um ritmo durante as sonoras: um Plano Americano (PA) – o personagem é mostrado do joelho para cima, tendo sua origem nos *westerns* americanos, com a função de mostrar a cartucheira do revólver na cintura - e o *Close* (CL) – também chamado de Primeiríssimo plano, mostra o rosto inteiro do personagem, do ombro para cima, definindo a carga dramática da personagem, segundo os conceito de Rodrigues (2002). A ideia do PA é passar mais informações da identidade de cada entrevistada e a ambientação. O plano *Close* foi definido para aproximar e criar uma empatia de quem estivesse assistindo.

A maioria das entrevistas foram realizadas em ambientes pessoais das personagens, no caso da Gabriela, da Sheron e da Paula foram suas casas, e como a casa de qualquer pessoa, cada canto ou objeto também representam seus moradores, e eram essas identificações que esperava apresentar com o Plano Americano e nas imagens de cobertura com planos detalhes. Na entrevista da Kelly por sua casa estar de reforma nesse período, ela sugeriu que fizéssemos na Adeh, um lugar importante em toda sua trajetória. A escolha desses ambientes também teve o objetivo de humanizar ao máximo essas mulheres e torná-las tão próximas de mim quanto da minha vó de 80 anos que ainda possui dificuldades para entender as diferenças do contexto atual em que vivemos.

A segunda narrativa do documentário foram com imagens de cobertura das personagens em momentos, espaços e ações cotidianas. A Gabriela nos esperou de manhã sem maquiagem e com uma roupa parecida com o pijama para podermos filmar o momento dela se arrumando e se preparando para dar a entrevista. Já a Sheron preferiu fazer essas imagens depois da entrevista, e foi momento quando ela realizou a performance, cena final do documentário. Na entrevista da Kelly pedi para que ela levasse fotos daqueles anos para podermos filmar essas imagens enquanto ela via as fotografias na Adeh. A última entrevistada, Paula, pudemos ir à sua casa e filmar um pouco do seu ambiente e sua relação com a família, elemento fundamental na sua história.

Essa segunda narrativa foi filmada com o estabilizador de ombro e uma câmera só. O objetivo era acompanhar e deixar o espectador se sentindo que estava na cena e estava ao lado dessas mulheres. Alguns momentos foram filmados sem estabilizador, só com a câmera na mão para deixar essa sensação ainda mais natural.

A única entrevista feita com apenas uma câmera foi a da Mariane, mestranda da história. O enquadramento foi um Plano Médio (PM) - o personagem é enquadrado da cintura para cima. É muito usado para mostrar o movimento de mãos do personagem (RODRIGUES, 2002). Por ser uma fonte secundária, importante para explicar o contexto histórico, não queria planos diferentes para não ter o mesmo peso que os depoimentos das entrevistadas principais. Desde o início do projeto me preocupei em visibilizar as histórias dessas mulheres, ainda mais pela falta de estudos sobre o tema, elas são as principais fontes e seus depoimentos são as informações mais fiéis a realidade.

As imagens da cidade foram feitas como material de contexto e cobertura do documentário. A ideia não era filmar apenas pontos turísticos, mas sim lugares que as entrevistadas se identificassem nas suas cidades, como ruas em que elas trabalharam, escolas que estudaram, e com enquadramentos mais próximos da visão da personagem. Essas filmagens foram feitas com tripé e um estabilizador de ombro.

Blumenau por ser uma cidade com um maior número de pessoas e bastante movimentada no sábado de manhã, permitiu imagens de cidade bastante satisfatórias. O clima também colaborou nesse dia – sol e chuva são algumas das maiores preocupações quando estamos produzindo audiovisual. Já Tubarão certamente foi a mais difícil. Além do fato de ser uma cidade pequena, filmamos em um feriado com o clima nublado, o que causou poucas pessoas na rua e uma cor esteticamente feia para essas imagens. Em Florianópolis, por morar aqui, foi possível esperar um dia com clima ideal para filmar, e parecida com Blumenau, conseguimos fazer imagens de movimento de pessoas e locais importantes.

Em relação a luz, precisei usar uma luz e rebatedor nas maioria das filmagens de entrevista para criar uma unidade estética. A única entrevista que não tínhamos conseguido o equipamento de luz há tempo foi a da Gabriela em Tubarão, e a luz natural que entrava pela janela da sala criou uma variação ao longo da gravação. Após ver o material sabia que teria um trabalho maior na pós finalização para corrigir essas diferenças e deixar as imagens com a palheta de cor desejada. Pedi para as meninas da fotografia para deixarmos as imagens o mais fieis e limpas possíveis, pois a colorização seria feita com mais atenção na finalização.

O som é um dos elementos mais importantes do audiovisual e talvez o mais esquecido. Como fiz estágio por um ano no Estúdio de Videoconferência do Centro de Comunicação e Expressão, tive a oportunidade de trabalhar com o técnico de som Guilherme Constâncio e aprender diversos cuidados que deveria ter para a captação. Decidi que teria uma lapela na entrevistada com o áudio captado por um gravador para ter um som mais puro da entrevista e um *shotgun* na câmera para captar o som ambiente com a entrevista.

Além das pessoas que participaram das gravações outros amigos e laboratórios foram fundamentais para a realização do trabalho pois eu não teria condições financeiras de bancar os equipamentos. O tripé foi empréstimo do LabFoto que sempre foi acessível, mas pelo meu equipamento pessoal ser Canon não foi possível contribuir com a estrutura de foto. Uma parte dos equipamentos de fotografia são pessoais, como a câmera Canon 60D e a lente 50mm, a segunda câmera usada foi uma 7D/70D, das meninas da fotografia. A luz foi emprestada pelo Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional - NUTE/UFSC e em outras filmagens por uma amiga. O gravador de som e a lapela foram emprestadas para a primeira entrevista do Laboratório de Som do Cinema e nas outras de uma amiga, assim como *shotgun* também foi emprestado por um colega.

## FONTES

A seguir uma breve descrição sobre as fontes para o documentário, nem todas foram filmadas mas contribuíram para a produção do documentário.

**1. Ana Maria Veiga:** professora da História e uma das responsáveis pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC. Foi uma das primeiras pesquisadoras que conversei sobre gênero e ditadura militar. Ana Maria fez suas pesquisas relacionadas ao cinema e a imprensa nos anos de golpe.

**2. Cristina Wolf:** professora da História e uma das responsável pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC. Cristina tem a maior parte dos seus estudos sobre ditadura militar e é orientadora da mestranda Mariane da Silva que a indiciou para participar do documentário.

**3. Gabriela da Silva:** tem 54 anos, é uma mulher transgênera e trabalha como professora de português na Educação de Jovens e Adultos em Tubarão. É natural de Lauro Mullermas chegou na cidade com a família ainda criança, onde cresceu e trabalha até hoje. Gabi como é mais conhecida, é referência em Tubarão como professora, cidadã e militante. Sabendo das opressões de uma sociedade tão conservadora, terminou seus estudos e passou em um concurso público para só assim iniciar de fato sua transição. Mesmo com graduação e mestrado, está se planejando para fazer o doutorado pois acredita que é o único jeito de realizar seu grande sonho de ministrar aulas em universidades.

**4. Kelly Batista:** tem 47 anos, é uma mulher travesti e trabalha atualmente na OGN Estrela Guia em Florianópolis, distribuindo preservativos para meninas profissionais do sexo em toda a cidade. Iniciou sua transição aos 18 anos e trabalhou como garota de programa até 2015, dividindo seu tempo com o trabalho voluntário na Adeh inicialmente.

**5. Mariane da Silva:** mestranda do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC, está fazendo sua pesquisa sobre o Movimento Feminino pela Anistia, primeiro grupo político formado só por mulheres em Santa Catarina no período da ditadura militar. Mariane sempre trabalhou com gênero e foi a fonte de pesquisa principal no documentário.

**6. Sheila de Jesus:** tem 54 anos, é uma mulher transexual e atualmente desempregada. Natural de Florianópolis, viveu o início da sua infância na capital e depois foi com a mãe e os irmãos Caxias do Sul. Quando completou seus 18 anos voltou para Santa Catarina e passou a trabalhar como profissional do sexo até encontrar emprego no comércio. Viveu alguns anos na Itália fazendo programa onde conseguiu realizar algumas cirurgias e guardar dinheiro para voltar.

**7. Sheron Prado:** tem 50 anos, é uma mulher transexual e trabalha hoje como vendedora em um sexshop no centro de Blumenau. Natural de Londrina – Paraná, veio trabalhar em Santa Catarina logo depois de iniciar sua transição. Inicialmente trabalhou fazendo programa, mas a perseguição e violência eram tantas que como a maioria das meninas trans e travestis da época decidiu trabalhar em casas de show. Sheron viajou para diversas cidades do Brasil fazendo apresentações transformistas, viveu alguns anos na Itália e quando parou de se apresentar decidiu morar em Blumenau.

**8. Paula Andrade:** tem 51 anos, é uma mulher transgênera e trabalha na polícia civil desde que terminou a graduação em português. É natural de Florianópolis, seu pai delegado e sua mãe trabalhando no Ministério Público permitiram que ela tivesse mais oportunidades que a maioria das meninas trans de sua idade. Mesmo com o nome de uma família de classe média, viveu (e continua vivendo) o preconceito de ser uma pessoa desviante do sistema normativo de sexo-gênero que regula a todos e impõe tanta violência.

* 1. ESTRUTURA NARRATIVA

O pré-roteiro foi essencial para as gravações e para compreender o produto final com a produção do documentário. Logo depois de decupar a entrevista da Gabriela, aproximadamente duas horas de conversa, separei as sonoras mais importantes e junto com as referências que já havia lido defini um esqueleto dos temas que gostaria de abordar. Se inicialmente pensava em um documentário de 20 minutos, depois aceitei que para passar o conteúdo desejado teria que ter de 30 a 40 minutos.

Após um esqueleto bem definido com os temas em tópicos, iniciei a escrita do roteiro. Desde o começo sabia que gostaria fazer as gravações em espaços bem pessoais de cada entrevistada, de preferência suas casas por terem nos objetos e nos ambientes características subjetivas delas. A conversa com o Red sempre estava presente nesse processo, não queria fazer mais um trabalho que explorasse a transgeneridade como a única característica importante na vida de cada uma dessas mulheres.

Optei por construir a narrativa do documentário em duas partes: uma mais factual com dois enquadramentos. As duas câmeras ficaram no tripé com enquadramentos fechado e aberto, mas sem movimento para transmitir a ideia de uma sonora mais focada em fatos e acontecimentos. Na outra cobri as sonoras com com imagens do cotidiano e da casa da entrevistada, só com um estabilizador para não ficarem tremidas mas com um enquadramento mais livre. Uma opção para não “gastar” as imagens de cobertura, foi usar o enquadramento *close* nessa camada mais pessoal do documentário.

A abertura do documentário foi pensada como uma forma de contextualizar o recorte de tempo e espaço que as sonoras das entrevistadas iriam abordar. Era necessário explicar ao espectador que se tratava dos anos 80, pós ditadura militar e em Santa Catarina. Então combinei com as meninas da fotografia para fazermos um enquadramento com foco na foto e o relato de uma história marcante da entrevistada que explicasse o contexto.

Defini também que a maior parte do documentário seria composto por sonoras das entrevistadas principais. Como aprendi em uma disciplina optativa do professor Fernando Crocomo, nós temos uma função social do jornalismo bastante importante. Se eu não conseguia encontrar tantas referências sobre esse tema, a oportunidade de relatar a história oral dessas mulheres era essencial para cumprir essa função. Mas também precisei tomar cuidado para encontrar um equilíbrio sem que houvesse apelo à dramatização e ao sensacionalismo.

## EDIÇÃO

Quando terminei as gravações iniciei o processo de edição. Contei com o apoio do Laboratório de Montagem do curso de Cinema para usar uma das ilhas de edição, o que foi fundamental para a realização desse trabalho, pois com todas as filmagens em *full* *HD* (1080p) meu notebook não suportaria uma edição com materiais tão pesados.

Na primeira semana fiz *backups* de todo o material bruto para um HD pessoal, notebook e o HD que usei para a edição. Depois passei todos os arquivos de entrevistas e cobertura para baixa (360p), que significa exportar todo o material para um formato menor e de pouca qualidade, depois do documentário finalizado foi só substituir os arquivos em baixa pelos originais com alta resolução. Essa técnica contribuiu para um ritmo de edição. Não precisei me preocupar em renderizar ou com a demora de um projeto pesado. Mas tanto o *backup* e essas exportações foram demoradas e consumiram mais tempo do que eu esperava.

Após essa etapa, criei cinco sequências: uma para cada entrevistada com todos os materiais (vídeo e áudio) de entrevistas e imagens de cobertura de rotina e cidade, e outra para a estrutura do documentário final. Iniciei então a decupagem de cada fonte, cortando as sonoras e categorizando cada uma delas. Foram quase três dias para essa decupagem, como consegui antecipar minhas férias do trabalho, tinha uma rotina de seis a sete horas por dia no laboratório. Essa decupagem foi fundamental para comparar o material produzido com o roteiro inicial e assim definir a estrutura narrativa final.

A partir do meu segundo estágio na graduação acabei focando em edição/montagem. Experiências nos laboratórios de educação à distância, a TV UFSC e no meu trabalho atual de editora na Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) contribuíram para um domínio das ferramentas do Adobe Premiere CS6 – *software* usado para a edição – e algumas técnicas para agilizar esse trabalho. Então logo terminada a decupagem de todos os materiais, atualizei alguns tópicos do roteiro e fiz o primeiro corte em três dias de edição.

A *timeline* foi composta por dois enquadramentos das entrevistas e imagens de cobertura de rotina das entrevistadas, um som direto da câmera, outro de um *shotgun* e o terceiro de uma lapela captada por meio de gravador. Na segunda narrativa que conta as histórias de cada entrevistada, optei por usar só imagens de cobertura variando com o enquadramento *close* das entrevistadas e todos os áudios já citados anteriormente.

A última etapa da edição mais bruta foi a substituição dos arquivos em baixa para os em alta. Com ajuda do técnico responsável pelo Laboratório de Montagem, Marcio Oleiro, tentamos fazer a colorização na sequência inicial, mas a resolução da imagem é extremamente importante para a finalização. Então passei todos os vídeos em 360p para uma nova pasta e o próprio Adobe Premiere solicitou o *link* dos vídeos fazendo a substituição para os arquivos em 1080p. O recurso usado foi o *Link Media* do próprio programa. Criei uma nova sequência com as configurações dos vídeos em 1080p e iniciei os ajustes finais.

## FINALIZAÇÃO

Depois de mais alguns ajustes na edição, retirar sobras nas sonoras e tempos de entrevistas, iniciei os processos de colorização e tratamento de som. Na etapa da estruturação do documentário já tinha feito uma pesquisa de cores e estilos para ter significado as minhas escolhas. Optei por uma cor mais quente e saturada nas entrevistas com o objetivo de aproximar o espectador à entrevistada, dando a ideia de proximidade e empatia com cores mais voltadas para o vermelho e laranja.

A colorização foi feita por mim e mais um amigo, o técnico do Laboratório de Montagem do curso de cinema, com os recursos do Adobe Premiere. Tivemos algumas dificuldades com as entrevistas da Gabriela, pois a maior parte do ambiente era branco e só havia um sofá na sala preto. Já a Sheron, Kelly e Paula tinham nos enquadramentos cores mais quentes. E por contar com luz natural, algumas imagens exigiram cuidados especiais para equilibrar a variação de luz. Além das entrevistas, fizemos a colorização nas imagens da cidade e de rotina. Elas seguiram a mesma ideia de cor das entrevistas. As imagens de Tubarão foram as mais difíceis novamente. Acabamos fazendo imagens “vazias” pela falta de pessoas nas ruas em pleno feriado.

Além da paleta de cores do documentário, outro recurso estético definido foram as cores na transição entre as histórias pessoais (processo de transição, trabalhos) da narrativa principal (fatos históricos, contexto social). Não queria produzir mais um documentário antigo sobre histórias passadas e encerradas, até mesmo porque a situação atual da população transgênera como já foi explicado no início do relatório continua repleta de dificuldades e exclusões. As histórias contadas por essas mulheres se repetem até hoje com “cheiros” diferentes. Por isso uma transição mais moderna. Além dessa característica outro propósito com a transição foi transmitir a ideia de subversão/quebra das normas e do que é sempre esperado pelos sujeitos que todas elas carregam. Essa separação nas imagens em três diferentes cores e a junção delas na imagem real foi uma linguagem encontrada para reforçar a ideia de transgressão.

Esse recurso estético foi feito direto no Adobre Premiere com a instalação de um *plugin,* e foi também usado no título e subtítulo, *letterings* de nomes das cidades e das entrevistadas para representar a identidade visual do documentário*.*

O título e o subtítulo foram definidos desde o começo da produção. Subversivas eram consideradas pelo regime militar, as pessoas que transgrediam qualquer tipo de norma (gênero, sexual, econômico, ideológico) e as mulheres travestis e transexuais por simplesmente existir faziam parte desse grupo. Após o regime militar quando as entrevistadas iniciaram suas vidas, mesmo sem o rótulo de subversão continuavam representando a mesma ideia de subversão e de incômodo para a sociedade. “O uniforme mudou mas o cheiro é o mesmo” diz ao espectador que não houve um término das ideias que fortaleciam o regime militar em 1985. As histórias dessas mulheres são provas da violência física e psicológica que continuaram nos anos 80 e seguem até hoje.

O som também exigiu bastante atenção e cuidados no tratamento. Mesmo com três captações de áudio, filmar na casa delas permitia algumas interferências externas como os barulhos de cachorros, carros, entre outros. O áudio principal no documentário foi o da lapela na entrevistada captado por meio de um gravador. As outras faixas de áudio também foram mixadas mas com volumes baixos como ambientação. A maior dificuldade foi o som da Sheron de Blumenau. Utilizei um gravador emprestado bem mais simples do que o TASCAM e na hora de procurar os arquivos só haviam os de testes. Os arquivos desapareceram e só contei com o áudio do *shotgun* e da câmera. O som ficou com bastante ruído e precisei da ajuda de outro amigo especialista em som para corrigir e deixar o áudio da Sheron mais próximo das outras entrevistadas.

Para a trilha sonora do documentário, fiz uma nova decupagem dos assuntos e de estilos de músicas mais próximas do conteúdo das entrevistas. Utilizei o banco de áudios “Audioblocks” e defini uma trilha diferente para cada entrevistada, especialmente na segunda narrativa (mais pessoal). A trilha é outro recurso importante que ajuda o espectador a entender a mudança de assuntos. Busquei o som do violão por representar algo histórico e ao mesmo tempo mixado com outros instrumentos modernos para não se tornar algo somente do passado/terminado.

# 5. RECURSOS

O videodocumentário está orçado em R$ 13.035,00 sem os gastos contar com a remuneração do trabalho da equipe. Ao longo do curso, por meio de estágios consegui comprar um equipamento básico de filmagem: Câmera Canon 60D, duas baterias, *grip* (para baterias extras), lentes 18-55mm e uma 50mm, cartão de memória de 64gb.

Os equipamentos de som (gravador, microfone direcional, lapela), iluminação e a segunda câmera com todos os seus acessórios (lente, baterias, cartão de memória e estabilizador) foram emprestados por amigos e colegas da área. Os tripés são do Laboratório de Fotografia do Jornalismo. Em duas gravações contei com o empréstimo de equipamentos de som do curso de Cinema.

Os demais gastos foram com transporte, principalmente para as entrevistas em outras cidades (Tubarão e Blumenau). Para as duas viagens contei com a ajuda de dois amigos que possuem carro e gastei apenas com o combustível. Já nas gravações de Florianópolis, a maioria foram com Uber – transporte parecido com o taxi, porém custos mais baixos – por serem feitos em dias de semana. Além do transporte, a alimentação tanto pessoal e da equipe também foi com recursos próprios.

Entre todos os gastos, o trabalho voluntário de quem participou da produção do documentário contribuiu para que este projeto fosse realizado. Além de amigas e amigos, todas são extremamente profissionais e aproveito para deixar meu agradecimento especial a elas e a eles.

Para detalhar os custos segue uma lista com os valores de equipamentos, ferramentas, viagens/transporte e demais gastos envolvidos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO | PREÇO APROXIMADO | ORIGEM |
| Câmera 60D | R$ 2200,00 | Recursos Próprios |
| Câmera 70D | R$ 3500,00 | Empréstimo |
| Lente 50mm | R$ 500,00 | Recursos Próprios |
| Lente 24mm | R$ 540,00 | Empréstimo |
| Cartão de Memória (3) | R$ 300,00 | Recursos Próprios |
| Microfone Shotgun Rode | R$ 800,00 | Empréstimo |
| Microfone lapela Sony | R$ 800,00 | Empréstimo |
| Gravador de Voz Tascam DR-40 | R$ 1.100,00 | Empréstimo |
| Bateria Reserva (2) | R$ 320,00 | Recursos Próprios |
| Tripé (2) | R$ 300,00 | Empréstimo |
| Luz | R$ 1200,00 | Empréstimo |
| Estabilizador | R$ 270,00 | Empréstimo |
| HD Externo | R$ 370,00 | Empréstimo |
| Passagem de ônibus para Tubarão (1ª entrevista) | R$ 100,00 | Recursos Próprios |
| Combustível – Tubarão | R$ 125,00 | Recursos Próprios |
| Combustível – Blumenau | R$ 60,25 | Recursos Próprios |
| Combustível - Florianópolis | R$ 20,00 | Recursos Próprios |
| Uber - transporte | R$ 188,44 | Recursos Próprios |
| Alimentação equipe | R$ 301,29 | Recursos Próprios |
| Pilhas | R$ 40,80 | Recursos Próprios |

# 6. DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Quando entrei no jornalismo tentei responder honestamente para mim mesma por que a escolha por esse curso. Tinha aqueles interesses de toda estudante: gostar de ler, escrever, se comunicar. Mas hoje percebo que o que realmente me fez continuar nestes cincos anos foi o gosto por ouvir histórias. Posso passar horas com alguém e ouvir suas histórias, visualiza-las e me emocionar com cada detalhe.

O jornalismo me despertou outro importante gosto: o audiovisual. Inicialmente com a fotografia fui me apaixonando pelos registros que somos capazes de fazer por meios dos nossos olhares e sensibilidade. Mas foi no audiovisual e especialmente na edição que encontrei a minha linguagem. A combinação de imagem e som possuem uma força de aproximação que me instiga a querer produzir sempre mais. É capaz de despertar empatia e emoções através de uma sequência de imagens acompanhadas por uma trilha.

Produzir um documentário como Trabalho de Conclusão de Curso foi uma realiazação e um aprendizado imenso para encerrar a graduação. Mesmo já trabalhando com produção de vídeo, foi com o TCC que percebi a real importância de uma equipe. Você não faz um bom audiovisual sozinha. Um documentário precisa ter captação de áudio, captação de imagens, direção de fotografia, produção para perceber que a entrevistada precisa de água, direção para se preocupar com o ritmo da entrevista, editora e arte finalizadora – funções básicas para uma produção. Ninguém é perfeito em todas as áreas e uma equipe em sintonia é capaz de produzir materiais incríveis.

Produção de documentário é caro. Viajar para filmar entrevistas então, é mais. Muitas escolhas e soluções utilizadas neste projeto tiveram uma influência financeira. Mesmo com a maioria dos equipamentos emprestados por amigos e colegas, todos os outros custos foram bancados por mim. As entrevistas e filmagens de cobertura em Tubarão e Blumenau, por exemplo, precisaram ser feitas no mesmo dia ou os gastos seriam muito maiores. Essa condição impediu que fizéssemos imagens de Tubarão em outra oportunidade com um céu mais limpo e talvez mais pessoas na rua.

Todos me diziam para escolher um tema que eu gostasse bastante pois nos últimos meses estaria cansada de só ler, ouvir e falar sobre o mesmo assunto. Não escolhi o tema apenas pelo gosto, mas pelo que representava para mim como pessoa e jornalista. Ouvir histórias de pessoas que ainda são marginalizadas por simplesmente assumirem suas identidades é tão irracional que eu gostaria através do meu trabalho poder contribuir para uma mudança nessa realidade. Como jornalista perceber que quase não temos produções jornalísticas e audiovisuais em quantidade sobre essa população e menos quando relacionamos com ditadura militar, repressão policial, não consegui escolher um tema diferente. E não cansei de ler e conhecer mais a realidade dessas pessoas, pelo contrário, gostaria de ter tido mais tempo, experiência e condições para produzir algo melhor.

Desde o início sabia que não queria produzir algo focado apenas na identidade de gênero de cada uma. Conversar com o Red e perceber o incômodo dele e de outras pessoas trans com o rótulo que se torna a única característica visível deles para o restante da sociedade. Fui em todas entrevistas lembrando que antes de mulheres trans são mulheres. Acredito que isso tenha me ajudado a criar uma boa relação com cada uma delas. Mesmo com diferentes estilos de vida todas disponibilizaram de seu tempo e esforçaram a memória para compartilhar as histórias contadas no documentário.

Mesmo com os erros técnicos, algumas escolhas não tão satisfatórias e diversos pontos que poderiam (e serão) aprimorados, produzir o Subversivas foi a experiência acadêmica e profissional mais inspiradora. Quando vi o documentário pronto, lembrei porque o jornalismo me fascina, somos capazes de visibilizar histórias que podem contribuir para uma mudança da realidade. Oferecer para o espectador uma visão quase nem imaginada já é um dever cumprido. Encerro a graduação acompanhada de incríveis pessoas e carregada de histórias e aprendizados, com o desejo de continuar produzindo ainda mais.

# 7. REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. **Histórias na ditadura:** Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

DA-RIN, Silvio. **Espelho Partido:** tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

GGB - Grupo Gay da Bahia. **Assassinato de LGBT no Brasil**: Relatório 2015. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/> Acesso em: 03 de maio de 2017.

GREEN, James N.; CÉSPEDES, Carlos Manuel; QUINHALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidades. In: DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio, DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu, CUNHA, Rosa Maria Cardoso (org). **Comissão Nacional da Verdade:** Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, p. 416.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (organizadores). **Ditadura e Homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

JESUS, J G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero- Conceitos-e-Termos#scribd>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Editora Transgente, 2015.

NEDEL, Juno. **Desvairadas.** Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Campinas/SP: Papirus, 2005.

O GLOBO. **Estudo prova que transexualidade não é transtorno psiquiátrico**. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/estudo-prova-que-transexualidade-nao-transtorno-psiquiatrico-19805459>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac, 2008.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Secretaria de Direitos Humanos. **Glossário LGBT.** 201(?) Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/3a-conferencia-nacional-lgbt/conceitos/glossario-lgbt/view> Acesso em: 10 maio 2017.

Secretaria Especial de Direitos Humanos Ministério da Justiça e Cidadania. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil:** ano 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Documentário no Brasil:** tradição e transformação. São Paulo: Summus, 2004.

THURER, Shari L. **The End of Gender** - a psychological autopsy. New York: Routledge, 2005.

TGEU - Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring.** 2017. Disponível em: <http://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

Transversus. **CID 10 F.64.** Disponível em: <http://www.transversus.com.br/cid10-texto.html>. Acesso em: 25 de abril de 2017.